

1 Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
2 Em 09 e 10 de novembro de 2010, na Fiocruz – DIREB/Brasília, Av. L3 Norte. Campus Universitário
3 Darcy Ribeiro, Gleba A, SG 10, em Brasília, DF, no horário de 9h às 17h no dia 09/11/2010 e 9h às 12h
4 no dia 10/11/2010, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e
5 Fitoterápicos. Participantes: Ademir Valério Silva (Manipulação/Anfarmag), Ana Cecília Bezerra
6 Carvalho (Anvisa), Ana Lúcia Araújo (SEPED/MCT), Anny Margali Maciel Trentini (Abifisa), Celerino
7 Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE), Daniella Vasconcelos (MDA), Douglas Duarte Q. Rego
8 (Indústria/Alanac), Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira (Mapa), Isidoro Salomão (Bioma
9 Pantanal/Rede Pantanal), Ivanildo Tajra Franzosi (Casa Civil/PR), José Miguel do Nascimento Júnior
10 (MS), Luciana de Oliveira Melo (MI), Maria das Graças Pereira e Silva (Bioma Mata Atlântica/Rede
11 Fitovida/RJ), Márcia de Souza Pontes (MDIC), Ricardo Tabach (MEC), Sérgio Tinoco Panizza
12 (Agricultura/Conbrafito), Solange de Castro (Bioma Cerrado/Agrotec/GO), Suzana Ester Nascimento
13 Ogava (Serviço de Saúde/CONASEMS), Teolide Parizotto Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório
14 Yantên), Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz). Ausências justificadas: Elizaldo Carlini (MEC), Hayne
15 Felipe da Silva (Fiocruz), Jaqueline Evangelista Dias (Bioma Cerrado/Articulação Pacari), Luís Carlos
16 Marques (Pesquisa/Uniban), Luiz Henrique Canto Pereira (MCT), Maria Jocicleide Lima de Aguiar
17 (Bioma Amazônia/GTA/AC), Kléber Alves dos Santos Berté (Agricultura Familiar/Associação
18 Paranaense de Plantas Medicinais), Raimundo Nonato Pereira Silva (Povos e Comunidades
19 Tradicionais/Acbantu), Vanderlan Bozan (Pesquisa/UNESP). Convidados: Maria Lucia de Sousa
20 (Anvisa), Patrícia Branco (Anvisa), Valtemir Borges (Anvisa). Ouvintes: Joseane Costa (Fiocruz), Maria
21 Consolacion Udry (Embrapa/Mapa). Secretaria Executiva: Katia Torres, Washington Rossi
22 (DAF/SCTIE/MS). **I - Abertura da reunião:** Confirmado o quórum, a reunião foi aberta pelo
23 Representante Titular do Ministério da Saúde (MS), José Miguel do Nascimento Júnior, Diretor do DAF,
24 que deu as boas vindas a todos. **II - Instalação dos trabalhos pela Secretaria Executiva:** José Miguel
25 consultou os presentes se todos concordavam com a pauta proposta, tendo como Ordem do Dia: a)
26 Definição do Calendário 2011; b) Resultados da reunião do GT Critérios para Listas do PNPMF; c)
27 Resultados da reunião do GT Uso Tradicional; d) Regulamentação sobre Patrimônio Genético, o acesso
28 aos conhecimentos tradicionais associados e a repartição de benefícios; e) Apreciação do Relatório de
29 Atividades de 2010 do Comitê. Para os informes da Secretaria foi especificado o seguinte tópico: i)
30 Consulta Pública nº 95 – Bulas de Fitoterápicos; ii) 1ª Nota Técnica do Comitê (Série “É bom pra quê?”).
31 A pauta foi aprovada sem modificações. Kátia Torres (SE) justificou que tem recebido a degravação com
32 bastante atraso, por isso a impossibilidade de envio da ata com maior prazo para leitura. Comentou que os
33 anexos, com as apresentações da última reunião, estão grandes e que para facilitar pediu aos membros que
34 trouxessem pen drive para copiar, pois por e-mail não foi possível enviar todos. Ana Cecília (Anvisa)
35 disse que não poderá comparecer no dia 10/11 e que já enviou as contribuições da ata para Kátia. Sérgio
36 Panizza (Agricultura/Conbrafito) entregou para cada membro um exemplar do livro de sua autoria com
37 uma equipe multidisciplinar da Conbrafito, “Como prescrever ou recomendar plantas medicinais e
38 fitoterápicos”. Comentou que é uma publicação integrativa, onde ensina os profissionais habilitados a
39 realizarem a prescrição e os não habilitados a realizarem recomendações terapêuticas. José Miguel (MS)
40 agradeceu a Conbrafito e passou a palavra para Ana Cecília (Anvisa) sobre o informe da Consulta Pública
41 nº 95 de Bulas de Fitoterápicos. Ana Cecília (Anvisa) explicou que desde 2008 já existem 13 bulas
42 padronizadas de medicamentos fitoterápicos por meio da RDC 95/08. Esta foi revogada, porém o texto
43 foi todo inserido na RDC 47/09 o que garante a permanência das bulas padronizadas da RDC 95/08.
44 Disse que para a Consulta Pública nº 95 há 5 bulas (*Aesculus hippocastanum*, *Glycine max*, *Piper*
45 *methysticum*, *Rhamnus purshiana* e *Senna alexandrina*). Esclareceu que foi realizada uma chamada para
46 as Associações a fim de que as mesmas enviassem propostas de bulas. Estas foram avaliadas pelos
47 técnicos da Anvisa e posteriormente foram discutidas na Câmara Técnica de Medicamentos Fitoterápicos
48 para em seguida, serem encaminhadas à Consulta Pública. Reforçou a importância de enviar
49 contribuições, pois a partir da publicação das bulas, os medicamentos terão obrigatoriamente que seguir
50 as informações contidas nas bulas (indicação, contra-indicação). Sérgio Panizza (Agricultura/Conbrafito)
51 questionou se é possível adicionar no final da bula uma tarja verde, quando o mesmo não for tarja
52 vermelha, como ilustrativo. Ana Cecília (Anvisa) respondeu que por lei não é permitido ter nenhuma
53 referência a produto natural e que para isso era indicado que na norma de embalagem que foi publicada
54 em dezembro de 2009 tivesse feito esta sugestão. Sérgio Panizza propôs para o ano que vem a discussão
55 sobre o uso de tarja verde para os medicamentos fitoterápicos a fim de diferenciá-los dos medicamentos
56 sintéticos. Ana Cecília (Anvisa) informou que já é obrigatório constar em todas as embalagens de
57 medicamentos fitoterápicos, a frase “Medicamento Fitoterápico”. Disse que os medicamentos de
58 prescrição ficariam com tarja vermelha e tarja verde, o que provocaria uma infração. Sugeriu que poderia
59 ser pedida a adição da tarja verde sob a frase “Medicamento Fitoterápico”. José Miguel (MS) considerou
60 interessante o avanço nessa perspectiva e sugeriu que se for consenso do Comitê, que este encaminhe uma

61 recomendação para a Anvisa com tal proposição. Sérgio Panizza (Agricultura/Conbrafito) reforçou a idéia
62 de os membros do Comitê apoiar esta sugestão por meio de uma nota técnica aconselhando os
63 farmacêuticos a orientar no balcão ou até prescrevendo estes fitoterápicos no balcão. Disse ser um
64 absurdo o usuário chegar à farmácia e levar o medicamento sem orientação farmacêutica. Ana Cecília
65 (Anvisa) comentou que a norma de embalagens foi republicada em 2009, assim o ideal seria que partisse
66 do Comitê uma solicitação, ao invés de sugerir alteração na norma, já que não há previsão de
67 republicação da mesma. José Miguel (MS) disse que a questão da identidade visual nos produtos
68 fitoterápicos impacta na mudança de padrão das embalagens e agrega valor à Política. Informou que sobre
69 a prescrição pelo farmacêutico é necessária a discussão por um tempo maior para esse encaminhamento.
70 Celerino Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE) explicou que a tarja verde facilitaria para a população
71 que em alguns casos não sabe ler. Ana Lúcia (MCT) disse que o medicamento fitoterápico é um
72 medicamento como qualquer outro e preza pelo uso racional. Entretanto, se o medicamento é de venda
73 livre vai contra o uso racional. Sérgio Panizza (Agricultura/Conbrafito) disse que, segundo a IN 10/2009
74 da Anvisa, os fitoterápicos que não são tarja vermelha e alguns cosméticos ficam a disposição do
75 consumidor, sem a orientação farmacêutica necessária. Com a tarja verde e a frase “Oriente-se com o
76 farmacêutico” o usuário irá buscar informação sobre o medicamento. Ana Lúcia (MCT) disse que nada
77 garante que um fitoterápico com tarja verde fora do balcão irá levar o consumidor a buscar informação
78 com o farmacêutico. Ana Cecília (Anvisa) comentou que deixar os fitoterápicos fora do balcão foi um
79 incentivo para a Política de Fitoterápicos, a fim de favorecer o comércio, mas também o uso racional, pois
80 há diversas orientações nas embalagens. José Miguel (MS) disse que estes símbolos podem agregar valor
81 a estes produtos. Justificou sua ausência no decorrer da manhã devido à audiência pública de outro
82 assunto relacionado ao DAF. Pediu a Ana Cecília (Anvisa) e Katia (SE) que conduzissem os trabalhos.
83 Katia Torres (SE) comentou que a Nota Técnica (NT) sobre a Série “É bom pra quê?”, que foi discutida
84 na última reunião, seria enviada, para apreciação de todos, e fechada por e-mail Alguns fizeram sugestões
85 e aqueles que confirmaram a aprovação, até o prazo estipulado, tiveram suas assinaturas incluídas na NT.
86 Foi publicada no site do DAF e da Anvisa e a Conbrafito também divulgou. Nos sites dos outros
87 Ministérios, a NT não foi encontrada. Sérgio Panizza (Agricultura/Conbrafito) disse que a repercussão da
88 NT foi favorável e que uniu os diversos atores envolvidos com a Fitoterapia. Comentou que com a
89 assinatura de diversos Ministérios, Anvisa e demais representantes a NT apresentou peso maior. Teolide
90 Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) informou que enviou a NT para todos os contatos e
91 que participou de dois programas de rádio e que a repercussão foi grande. Douglas Duarte
92 (Indústria/Alanac) informou também que foi publicada no site da Alanac e que encaminhou para todos os
93 associados. Houve grande repercussão e trouxe alguns questionamentos válidos sobre o tema fitoterapia.
94 Comentou que houve requisição na imprensa e que a Nota foi publicada também na revista impressa da
95 Alanac. Katia Torres (SE) comentou que participou da Jornada Catarinense de Plantas Medicinais, no fim
96 de setembro, e que, juntamente com uma nutricionista e uma enfermeira, deu entrevista para
97 Record/Florianópolis que questionou sobre assistência, uso racional, segurança, validade. Celerino
98 Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE) disse que no Encontro Nacional de Mulheres Agricultoras de
99 Plantas Medicinais foi colocada a questão da NT, assim como em alguns programas de rádio. Ana Cecília
100 (Anvisa) informou que entrará em licença de 3 meses para concluir o doutorado em março. Explicou que
101 quando voltar provavelmente o Diretor Presidente da Anvisa terá mudado e que talvez não será a
102 Coordenadora da área de fitoterápicos. Informou que em seu lugar ficará o substituto Leandro Viana.
103 Douglas Duarte (Indústria/Alanac) comentou que espera um bom trabalho do Leandro. Citou que um dos
104 maiores problemas de fitoterápicos era o tempo de registro e que, em uma reunião recente para analisar os
105 problemas atuais, pela primeira vez não colocaram o tema registro, pois atualmente o prazo necessário é
106 entre 6 meses e 1 ano, o que melhorou bastante. Parabenizou a Cofid pelo trabalho. Maria das Graças
107 (Bioma Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ) disse que a Rede Fitovida fez divulgação em vários grupos e
108 pediu para esses grupos divulgarem em suas localidades. Isidoro Salomão (Bioma Pantanal/Rede
109 Pantanal) disse que a questão abordada na Série é perseguição com a medicina tradicional. Comentou
110 que, em um Encontro na Universidade Estadual do Mato Grosso, foi colocada a questão da Nota Técnica
111 e foi muito válido para as equipes se fortalecerem e continuarem a atuar. Ana Cecília (Anvisa) informou
112 que a Comissão da Política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, do Conselho Nacional de
113 Saúde, também publicou uma NT e que iria enviar, por e-mail, aos membros para conhecimento. Disse
114 que o representante do Conselho de Medicina informou que os e-mails trocados pela classe eram
115 desacreditando Dráuzio Varella. Isidoro Salomão acrescentou que, a partir do Encontro, 48 entidades que
116 estavam presentes se comprometeram a fazer suas Notas e enviar direto para o Dráuzio. Ademir Silva
117 (Manipulação/Anfarmag) falou que ainda há reflexo da série na sociedade e que se criou uma identidade
118 entre os profissionais, entretanto as iniciativas tomadas não chegam à opinião pública e que este processo
119 pode levar tempo para reverter. Ana Cecília (Anvisa) comentou que após a Série todos os
120 questionamentos referentes aos fitoterápicos foram enviados para a área de Toxicologia da Anvisa, onde

121 muitas pessoas viam o produto como possível medicamento tóxico. Sérgio Panizza
122 (Agricultura/Conbrafito) comentou que a área que mais foi prejudicada foi a Etnofarmacologia, pois as
123 comunidades estão desconfiadas dos médicos, dos doutores. Deu como exemplo Rondônia, no Hospital
124 Santa Marcelina onde ocorreu isso com ele. Maria das Graças (Bioma Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ)
125 disse que na última reunião, quando foi discutido como seria essa divulgação para o povo, sugeriu a
126 inclusão de cartazes em postos de saúde explicando que se usado de forma correta, o uso de fitoterápicos
127 não faz mal. Katia Torres (SE) comentou que ficou acertada a produção de outros materiais informativos
128 sobre uso racional de fitoterápicos. Ana Cecília (Anvisa) informou que foi criada uma cartilha em
129 parceria com o Ministério da Saúde, a Câmara Técnica de Fitoterápicos da Anvisa e a Farmacopéia
130 Brasileira, a qual aguarda aprovação para publicação. Suzana Ogava (Serviço de Saúde/CONASEMS)
131 disse que houve diversos questionamentos sobre o uso racional das plantas medicinais e que com a
132 publicação desta cartilha será mais fácil de trabalhar com a população. **III - Ordem do Dia:** Primeiro
133 assunto debatido foi a definição do calendário 2011. Katia Torres (SE) disse que, segundo o Regimento
134 Interno, as reuniões ordinárias devem ocorrer a cada 4 meses, ou seja, Março, Julho e Novembro e que
135 deveria fechar as datas para facilitar a programação, caso ocorra alteração dos membros devido ao
136 processo político. Justificou a ausência do Raimundo Nonato (PCT/Acbantu) na Reunião do GT Uso
137 Tradicional e na reunião do Comitê devida à visita de inspeção em sua comunidade. Joci Aguiar (Bioma
138 Amazônia/GTA/AC) está com pendência de prestação de contas e não foi possível emitir a passagem para
139 esta reunião. Katia lembrou que qualquer membro que altere ou não utilize o trecho de viagem deve fazer
140 uma justificativa e enviar para a Monique dar baixa no sistema. Teolide Turcatel (Agricultura
141 Familiar/Laboratório Yantên) sugeriu que quando os membros enviarem a prestação de contas que
142 comuniquem a Monique e solicitem um ok de recebimento. Katia Torres (SE) disse que irá pedir a
143 Monique que avise quando a prestação de contas chegar. Comentou que no dia 10/11 irá apresentar o
144 relatório e fará uma análise das faltas pois, devido ao regimento interno, aqueles que não comparecerem
145 sem justificativa deverão pedir substituição de representante. Apresentou como proposta de datas para as
146 reuniões de 2011: 29 e 30 de março; 26 e 27 de julho ou 02 e 03 de agosto; 22 e 23 de novembro.
147 Comentou que se o Comitê entender que as reuniões podem ser em um dia só, é possível reduzir o horário
148 de almoço e tentar ser mais pontual. Sergio Panizza (Agricultura/Conbrafito) sugeriu que os grupos de
149 trabalho se reunissem no dia anterior e no outro dia fosse a reunião do Comitê. Katia Torres (SE)
150 concordou com a proposta do Sérgio, entretanto disse que às vezes é necessário mais tempo para trabalhar
151 o que vai ser apresentado na reunião. Isidoro Salomão (Bioma Pantanal/Rede Pantanal) aconselhou que os
152 locais da reunião fossem fixos para facilitar o transporte entre os membros. Katia Torres (SE) explicou
153 que a empresa de eventos fecha contrato com o Ministério e há uma ata de preço com opções de hotéis, o
154 que dificulta fixar sempre em um. O que é feito é a escolha do endereço: Setor Hoteleiro Sul ou Norte.
155 Para esta reunião infelizmente não havia disponibilidade e a única sala possível era muito grande com
156 custo de R\$10.000,00. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) disse que para a
157 reunião ser em um dia só, é importante adequar o horário dos vôos, pois a reunião pode atrasar e o
158 membro perder o vôo. Katia Torres (SE) encaminhou para votação as duas propostas: 1ª - reunião em 2
159 dias; 2ª - reunião em 1 dia. Foi aprovada a segunda proposta. Ficaram definidas como datas: 30 de março,
160 03 de agosto e 23 de novembro. Após o intervalo, Joseane Costa (Fiocruz) apresentou os resultados da
161 Reunião do GT “Critérios para Listas” onde foram propostos critérios a partir dos eixos e critérios
162 apresentados na reunião anterior, de maneira a deixar mais sucinta a lista de critérios e, a partir desses,
163 criar pesos de acordo com suas relevâncias. Marcia Pontes (MDIC) questionou se será possível criar peso
164 para cada critério e qual a metodologia para escolha desses pesos. Joseane Costa (Fiocruz) argumentou
165 que o GT está começando a estruturar isso e que já iniciou debates nesse sentido. Anny Trentini
166 (Indústria/Abifisa) complementou que a idéia é validar a matriz realizando exercícios, utilizando
167 exemplos e colocando-os na matriz. Ana Cecília (Anvisa) sugeriu que, para o próximo ano, partisse do
168 Comitê a atividade de preparar uma ficha de acompanhamento dos fitoterápicos distribuídos pelos
169 Programas de Fitoterapia. Assim, se teria documentado as reações adversas, o efeito comprovado e outras
170 informações sobre o fitoterápico. Este documento favoreceria a comprovação de eficácia das plantas
171 brasileiras. Isidoro Salomão (Bioma Pantanal/Rede Pantanal) disse que terá um momento em que os dois
172 GTs deverão dialogar para discutir a questão do uso tradicional. Anny Trentini (Indústria/Abifisa)
173 apresentou um glossário explicando como começou cada eixo e seus critérios e que é necessário pontuar
174 os critérios de acordo com os pesos que serão estabelecidos. Katia Torres (SE) mostrou os critérios
175 referentes ao eixo SUS e questionou se o Comitê entendia como necessidade a continuidade nos
176 trabalhos, obtendo resposta positiva dos membros. Após o almoço, no período da tarde, Maria das Graças
177 (Bioma Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ) apresentou os resultados da Reunião do GT “Uso Tradicional”
178 e trouxe uma proposta de sua Instituição para trabalhar o assunto no próximo ano. Katia Torres (SE)
179 relacionou os participantes da última reunião do GT Uso Tradicional: Solange (Bioma Cerrado/Agrotec),
180 Maria das Graças (Bioma Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ), Jaqueline (Bioma Cerrado/Articulação

181 Pacari), Katia Torres (MS). Raimundo Nonato (Acbantu) justificou a ausência; Alberto (MMA) e
182 Mauricio (MinC) se ausentaram sem justificativa. Comentou que foram feitas diversas discussões,
183 principalmente sobre as agroindústrias. Dos encaminhamentos ficou acertado um documento com
184 propostas para regulamentação e conceito baseado nos remédios herbolários mexicanos. Teolide Turcatel
185 (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) acrescentou que a proposta se deu a partir dos conceitos da
186 legislação mexicana e apresentou as possibilidades de nomes para o produto a ser regulamentado:
187 fitoterápico tradicional, produto fitoterápico, produto fitoterápico tradicional, produto herbolário
188 tradicional ou produto fitoterápico tradicional da agricultura familiar. Disse ainda que ela e a Solange
189 prepararam um esboço de RDC, baseando-se na justificativa que as RDC nº 10, 14 e 17 são para
190 medicamentos e, neste caso, estão propondo a criação de um novo produto, logo uma nova legislação.
191 Celerino Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE) sugeriu que a proposta elaborada não ficasse apenas
192 em uma RDC ou Portaria, mas que fosse pensado em uma Lei para plantas medicinais. José Miguel (MS)
193 leu as diretrizes do Programa relacionadas ao conhecimento tradicional e popular (diretrizes 9, 10, 11 e
194 12). Aconselhou que buscassem os projetos que estão tramitando no Congresso a fim de conhecer as
195 propostas e, se necessário, construir uma proposição conjunta com estes projetos que estão mais próximos
196 de serem aprovados. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) explicou que não
197 sabiam ao certo como apresentar a proposta ao Comitê e, a partir da idéia de conceito da legislação do
198 México, propuseram “produto fitoterápico tradicional da agricultura familiar”. Ana Cecília (Anvisa)
199 informou que a proposta do Comitê de criar um produto tradicional deve ser uma proposta de lei. Sugeriu
200 que procurassem o jurídico da Anvisa e Ministério para saber o que pode ser feito a partir da
201 regulamentação vigente. Ana Lúcia (MCT) questionou qual seria o objetivo do produto de uso tradicional
202 que está se conceituando. Valcler Rangel (Fiocruz) concordou com a proposta feita pelo José Miguel e
203 disse que seria importante o Comitê pontuar o que é essencial constar na legislação e buscar estes projetos
204 junto a Casa Civil, para tentar adequar às necessidades do Programa. Sérgio Panizza
205 (Agricultura/Conbrafito) comentou que sua Instituição realizou uma mesa redonda e convidou a Ordem
206 dos Advogados do Brasil e algumas entidades a participar para discutir o tema fitoterapia. Katia Torres
207 (SE) disse que o conceito proposto pelo GT é a tradução do conceito de remédio herbolário com o
208 acréscimo da questão da agricultura familiar. Há três situações a serem analisadas: questão da
209 agroindústria familiar, das farmácias comunitárias e das comunidades, para poder concluir se um único
210 conceito poderá abranger esses pontos. Outro ponto é ver se a Anvisa irá considerar isso como
211 tradicional, sem necessidade de regulamentação. Maria das Graças (Bioma Mata Atlântica/Rede
212 Fitovida/RJ) questionou como está a situação do item 10.4 no Programa - apoiar as iniciativas
213 comunitárias e o reconhecimento dos métodos tradicionais e populares. Katia Torres (SE) explicou que
214 primeiro o MS trabalhou com as regulamentações que já existiam no âmbito da Anvisa e agora com as
215 outras regulamentações, como a do conhecimento tradicional. José Miguel (MS) disse que antes de
216 qualquer conclusão é importante que o Comitê tenha definido o que quer, qual o conceito que deseja
217 construir, como conseguir este avanço e com isso buscar alternativas junto ao Congresso. Isidoro
218 Salomão (Bioma Pantanal/Rede Pantanal) argumentou que é importante regulamentar a questão do uso
219 tradicional, entretanto que deve pensar no povo. Disse que há muito que se discutir e que o GT não
220 esgotou ainda. Ademir Silva (Manipulação/Anfarmag) concordou com a posição do Isidoro Salomão e
221 disse que talvez o caminho seja o modelo regulatório, que temos hoje, sofrer uma adequação para
222 contemplar o tradicional. Ana Cecília (Anvisa) disse que tem muitos medicamentos fitoterápicos
223 apreendidos que não têm condições nenhuma de higiene, com indicações absurdas e por isso é necessária
224 a regulamentação com certa rigidez. Valcler Rangel (Fiocruz) citou o Decreto de 2007 que institui a
225 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disse que a
226 proposta apresentada ao Comitê não resolve a questão por completa e aconselhou chamar alguém do
227 Congresso Nacional, a fim de auxiliar na produção do texto e agregar valor na discussão. Comentou sobre
228 a falta injustificada dos Ministérios nas reuniões. Solange (Bioma Cerrado/Agrotec) argumentou que é
229 importante achar o caminho para a agricultura familiar ter seus produtos no SUS e nas farmácias, com
230 base no Programa de Aquisição de Alimentos do MDA. Celerino Carriconde (Bioma
231 Caatinga/CNMP/PE) aconselhou verificar a questão política para conseguir mudar a legislação, pois só
232 assim se conseguirá caminhar e atender a agricultura familiar e o uso tradicional. Anny Trentini
233 (Indústria/Abifisa) disse que, durante o debate, percebeu divergências em alguns posicionamentos. Falou
234 estar clara a necessidade de criação de uma norma para o uso tradicional, entretanto citou que a produção
235 do medicamento, seja ele para doação ou comercialização, é produção farmacêutica e segue as
236 regulamentações específicas para tal. José Miguel (MS) sugeriu como encaminhamento verificar junto a
237 Casa Civil o levantamento de quais os projetos de lei com autorias e conteúdos que tratem do assunto
238 plantas medicinais, fitoterápicos e biodiversidade. A partir deste levantamento, o GT pode trabalhar
239 nesses conteúdos e apresentar na reunião de março um relatório com o caminho mais curto de acordo com
240 tais projetos que estão tramitando na Câmara e no Senado. Outro encaminhamento seria enviar este

241 conceito, trabalhado pelo GT, para a Anvisa e para o Mapa que responderão se o conceito é constitucional
242 e se é necessário modificar alguma regulamentação para seu uso. Katia Torres (SE) comentou que a
243 agroindústria fez uma proposta mostrando o que necessita e o que é urgente. Questionou se o Comitê
244 entende que o caminho é dar continuidade ao que foi feito em relação à agricultura familiar. José Miguel
245 (MS) solicitou que o texto da proposta fosse revisado e encaminhado para o Mapa e Anvisa para
246 analisarem e verificarem o que deve ser modificado e o que pode ser mantido. Marcia Pontes (MDIC)
247 disse que encaminhar o texto como RDC se encaixa somente nos procedimentos da Anvisa e não do
248 Mapa, assim seria importante discutir qual o formato ideal para a proposta. José Miguel (MS) concordou
249 com a fala da Marcia Pontes e disse que além da revisão do texto é importante que o GT pense na
250 formatação do mesmo. Rosa Peres (Mapa) sugeriu que o Comitê destinasse à Anvisa e Mapa um apoio
251 técnico institucional para verificar onde estão os pontos de fragilidade, para assim colaborar na
252 construção do conceito. Disse que o uso tradicional é assegurado constitucionalmente e que seria
253 importante o diálogo com o Comitê dos Povos Tradicionais. José Miguel (MS) pediu que o GT trabalhe
254 um pouco mais em relação ao conceito e na minuta de RDC. Disse que deverão ser dois textos, um com
255 foco para o Mapa e outro para Anvisa. Deve ser disponibilizado aos membros do Comitê até dezembro,
256 pois ainda terá governabilidade política. Valcler Rangel (Fiocruz) sugeriu que fosse discutido sobre o
257 processo de transição do governo, para o Comitê tentar pactuar uma maneira de realizar tal processo sem
258 perdas aos trabalhos iniciados. Marcia Pontes (MDIC) disse que no Fórum de Biotecnologia, do qual
259 participa, prepararam a pauta de trabalho para 2011, a fim de tentar assegurar a continuidade das
260 atividades. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) disse que enviará a proposta aos
261 membros do Comitê, para contribuições de quem pudesse auxiliar na elaboração do texto. José Miguel
262 (MS) pediu que o texto seja enviado ao e-mail do fitodaf@saude.gov.br para a equipe repassar aos
263 membros do Comitê e sugeriu que fosse enviado em 10 dias, para os membros analisarem, e enviarem até
264 dezembro ao Mapa e Anvisa. No dia 10/11, as atividades iniciaram com a participação de técnicos da
265 Gerência de Inspeção da Anvisa, para discussão da Consulta Pública nº 85 sobre Farmácias Vivas.
266 Comentaram que estão compilando as contribuições e que há aproximadamente 100 páginas, entretanto
267 muitas contribuições são repetidas. Ivanildo Franzosi (Casa Civil) questionou se é praxe da Anvisa
268 responder as contribuições recebidas e publicar a justificativa do porquê foi ou não aceito. Maria Lúcia
269 (Anvisa) explicou que em todas as consultas públicas, após o encerramento do prazo, é feito um
270 compilado, onde algumas contribuições são acatadas e outras não. No caso da Consulta Pública nº 85,
271 deseja-se separar as contribuições que não são pertinentes à Anvisa e às que não, enviar aos Ministérios
272 responsáveis. Disse que todas as contribuições são respondidas dizendo se foi acatada ou não. Suzana
273 Ogava (Serviços de Saúde/Conasems) questionou sobre a necessidade de identificação do paciente no
274 rótulo dos medicamentos, principalmente nos municípios que apresentam farmácia central e distribuem
275 para as unidades de saúde. Maria Lúcia (Anvisa) informou que este é um assunto em que há diversos
276 questionamentos e que o importante é conseguir manter a rastreabilidade de toda a cadeia. Estão
277 analisando a melhor maneira de trabalhar isso com os municípios. Teolide Turcatel (Agricultura
278 Familiar/Laboratório Yantên) indagou sobre a possibilidade dos municípios adquirirem espécies
279 medicinais e medicamentos fitoterápicos de agricultores familiares. Maria Lúcia (Anvisa) respondeu que
280 é possível sim, o fornecimento de espécies de outros hortos, que não do município. Importante é a
281 manutenção da qualidade do material. Patricia (Anvisa) comentou que é necessário criar uma norma que
282 estabeleça a forma adequada do cultivo com descrição dos procedimentos e que esta parte não é
283 competência da Anvisa. Katia Torres (SE) fez esclarecimentos sobre a Portaria que institui a Farmácia
284 Viva no SUS e disse ter dúvidas quanto aos critérios que os fornecedores oriundos da Agricultura
285 Familiar terão que seguir. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) disse que é difícil
286 os agricultores conseguirem o certificado de boas práticas de produção, devido às exigências solicitadas.
287 Disse ainda que seria importante a avaliação destes critérios de qualificação de fornecedores para a
288 Farmácia Viva. Maria Lúcia (Anvisa) respondeu que cada Farmácia Viva irá estabelecer o que deseja
289 dentro das qualificações dos fornecedores e a Vigilância não se responsabilizará pelo horto, mas sim, pela
290 verificação dos critérios utilizados na Farmácia para escolha dos fornecedores. Patrícia (Anvisa) disse que
291 não se pode afirmar que a norma de Boas Práticas para Insumo se aplicará ou não às Farmácias Vivas.
292 Francisca (Mapa) relatou que o Mapa está com dificuldades para elaborar a regulamentação referente ao
293 plantio. Disse que o principal problema é em relação ao limite da competência da Anvisa e do Mapa;
294 saber diferenciar onde termina um e começa o outro. Maria Lúcia (Anvisa) comentou que a partir do
295 momento que a planta chega dentro da Farmácia, seja como insumo acabado ou planta fresca, a
296 competência é da Anvisa. Katia Torres (SE) lembrou que a questão da Anvisa e do Mapa deve ser tratada
297 dentro do Grupo Técnico Interministerial. Desde 2008, há reuniões para tratar deste assunto e que a
298 Anvisa só dará continuidade quando tiver sido esclarecida a norma do Mapa. Sugeriu novas reuniões do
299 GTI para fechar este assunto. Sérgio Panizza (Agricultura/Conbrafito) apoiou a discussão sobre as
300 Farmácias Vivas e pediu que a Anvisa enviasse, por e-mail, aos membros do Comitê, a Resolução antes

301 de ser publicada a fim de verificar se está bom, se faltou algo, para evitar falhas. Katia Torres (SE)
302 informou que a proposta inicial para as Farmácias Vivas era a utilização do termo beneficiamento,
303 presente no Manual do Mapa sobre Boas Práticas Agrícolas, porém, por sugestão da Anvisa, trocou-se
304 para processamento, porque se aplica também para “dentro” da farmácia. José Miguel (MS) disse que há
305 diversas portarias interministeriais, inclusive a do próprio Comitê, e sugeriu que fosse verificada junto à
306 Procuradoria da Anvisa a possibilidade da criação de uma Portaria ou RDC conjunta entre Anvisa e
307 Mapa. Propôs entrar em contato com a Procuradoria Jurídica e com o Dr. Dirceu Raposo. Maria Lúcia
308 (Anvisa) disse que iria facilitar muito para a Anvisa e para o Mapa, já que a linha divisória de
309 competências não é muito clara. Assim com uma regulamentação conjunta conseguiria trabalhar todas as
310 exigências. Ivanildo Franzosi (Casa Civil) disse que é possível a realização da norma conjunta e deu
311 exemplos de outras já feitas entre Anvisa e Mapa. Dispôs-se a ajudar na intermediação se necessário.
312 Solange de Castro (Bioma Cerrado/Agrotec/GO) disse que deveria ser ouvida a experiência da agricultura
313 familiar e questionou o fato de não poder comercializar na Farmácia Viva. José Miguel (MS) explicou
314 que a não comercialização é para as prefeituras, ou seja, ela não pode vender para o paciente. Os
315 produtores poderão vender para a prefeitura. A Portaria é para o âmbito do SUS e não para a rede privada.
316 A prefeitura tem a opção de produzir através de horto próprio ou comprar da agricultura familiar e de
317 indústrias. Sugeriu uma reunião entre Mapa, MDA, MMA, Anvisa e Procuradoria Jurídica a fim de
318 transpor este impasse. Encerrou a discussão sobre a Consulta Pública nº 85 e agradeceu a presença dos
319 técnicos da Anvisa. Disse que a Teolide trouxe um documento baseado na proposta encaminhada ontem e
320 solicita a constituição de um GT Uso Tradicional, junto com Anvisa, Mapa, MMA, a fim de aperfeiçoar
321 esta normativa. Ana Cecília (Anvisa) pediu que tirasse o termo RDC, pois no caso do produto de uso
322 tradicional, será necessário criar uma lei. José Miguel (MS) pediu que o GT verificasse o dia para
323 reunirem e que avisassem à Secretaria Executiva para a solicitação das passagens. Daniella Vasconcelos
324 (MDA) disse que o grande desafio da Agricultura Familiar é tentar fazer a política de inclusão, como foi
325 feito no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), incluir algum benefício para o comprador. José
326 Miguel (MS) perguntou se algum membro tinha alguma modificação na Ata da última reunião. Não
327 havendo alterações, a ata foi aprovada. Passou a palavra a Katia Torres (SE) que apresentou o relatório de
328 atividades do Comitê no ano de 2010 (anexo). Luciana Melo (MI) disse que o Ministério da Integração
329 não está participando tecnicamente, entretanto está presente, coletando informações para auxiliar o
330 Comitê. José Miguel (MS) reforçou a importância da participação dos membros nas reuniões do Comitê.
331 Comentou a necessidade de compromisso e se queixou do número reduzido de participantes em cada
332 reunião, o que já ocasionou o cancelamento de uma, por falta de quórum. Ivanildo Franzosi (Casa Civil)
333 comentou que a queixa feita pelo Miguel não é privilégio apenas deste Comitê e que é importante mostrar
334 a cada Ministério o seu papel. **IV - Palavra aberta aos membros:** Valcler Rangel (Fiocruz) disse que a
335 Política de Plantas Mediciniais possui uma dimensão enorme e requer um processo de amadurecimento.
336 Citou a importância do PPA (Plano Pluri Anual) para o Programa e que é um esforço que deve partir de
337 todos do Comitê junto à suas representatividades. Justificou que a Fiocruz não assinou a Nota Técnica por
338 um problema de comunicação e que foi totalmente favorável à mesma. Desejou um ótimo final de ano a
339 todos. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) parabenizou a coordenação pela ótima
340 condução do Comitê. Desejou um ótimo fim de ano a todos e disse que espera contribuir mais no próximo
341 ano. Douglas Duarte (Indústria/Alanac) agradeceu a coordenação e sugeriu que fossem focados, no
342 próximo ano, as regulamentações, o incentivo às empresas nacionais e a disponibilização dos
343 medicamentos fitoterápicos. Maria das Graças (Bioma Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ) agradeceu a
344 oportunidade de participar do Comitê e espera para o próximo ano que consigam buscar maneiras de
345 legalizar o uso tradicional; desejou um Feliz Natal e Ano Novo a todos. Ivanildo Franzosi (Casa Civil)
346 comentou sobre a questão da transição no governo e que cada Ministério deve elaborar seu livro de
347 transição, apresentando projetos, cronogramas, orçamentos e perspectivas para 2011. Disse ser o
348 responsável pela supervisão do livro da área da saúde. Solange de Castro (Bioma Cerrado/Agrotec/GO)
349 agradeceu em nome do Bioma Cerrado e da Jaqueline e disse que continuarão os trabalhos em 2011.
350 Isidoro Salomão convidou a todos a entrarem no Portal Pantanal no dia 12/11, para celebrar o Dia do
351 Pantanal e agradeceu a oportunidade de participação no Comitê. Luciana Melo (MI) comentou sobre o
352 site do MI, o IntegraRegio onde há discussões de diversas políticas e convidou os membros a
353 participarem e deixarem contribuições. Também agradeceu a oportunidade de participar do Comitê.
354 Márcia Pontes (MDIC) parabenizou o trabalho da Coordenação. Falou da importância de discutir a
355 questão do acesso no próximo ano e de convidar o CGEN para mostrar a realidade e nos auxiliar nos
356 trabalhos. Suzana Ogava (Serviços de Saúde/Conasems) agradeceu a todos e desejou um ótimo final de
357 ano. Francisca (Mapa) parabenizou a coordenação, agradeceu a oportunidade e disse que com uma
358 integração maior os resultados serão mais satisfatórios. Daniella Vasconcelos (MDA) agradeceu a todos.
359 Disse que há um portal onde há a Comunidade de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e convidou todos a
360 participarem. Disse que em sua Secretaria a grande luta é tornar este tema prioritário. Katia Torres (SE)

361 agradeceu a todos pela paciência, pediu desculpas por algumas falhas. Disse que o GTI precisa trabalhar
362 mais em 2011. Agradeceu principalmente ao Miguel pelo empenho, o que minimizou em muito as
363 dificuldades de trabalho do Comitê. José Miguel (MS) disse que o agradecimento é mútuo e que todos
364 têm uma agenda com bastante atividades, mas que com certeza chegarão aonde desejam. Nada mais
365 havendo José Miguel (MS) convidou os participantes para o almoço, agradeceu a participação e paciência
366 de todos os presentes e deu por encerrada a 4ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas
367 Medicinais e Fitoterápicos.
368

Assinam a Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Ademir Valério Silva	_____
Ana Cecília Bezerra Carvalho	_____
Ana Lúcia Araújo	_____
Anny Margali Maciel Trentini	_____
Celerino Carricone	_____
Daniella Vasconcelos	_____
Douglas Duarte Q. Rego	_____
Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira	_____
Isidoro Salomão	_____
Ivanildo Tajra Franzosi	_____
José Miguel do Nascimento Júnior	_____
Luciana de Oliveira Melo	_____
Maria das Graças Pereira e Silva	_____
Márcia de Souza Pontes	_____
Ricardo Tabach	_____
Sérgio Tinoco Panizza	_____
Solange de Castro	_____
Suzana Ester Nascimento Ogava	_____
Teolide Parizotto Turcatel	_____
Valcler Rangel Fernandes	_____